TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para locação de embarcação para realização de transporte de passageiros e materiais para atender o Município de Caracaraí/RR.

2 – JUSTIFICATIVA

2.1. A Prefeitura Municipal de Caracaraí/RR, para atender o SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CARACARAÍ, AFETADO POR INUNDAÇÕES, CONFORME PORTARIADE Nº. 260/2022 E DECRETO DE Nº 252, DE 06 DE JUNHO DE 2022, que tem por objeto a locação deEmbarcação Fluvial, a fim de atender às necessidades do Gabinete Municipal, Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Ação Social, com o transporte de servidores que se deslocarão à região do baixo rio branco para a distribuição de cestas básicas e ações de redução de riscos, para asComunidades Ribeirinhas de Sacaí, Lago Grande, Terra Preta, Canauini, Cachoeirinha, Panacarica e Caicumbí, mediante a situação de emergência. Realiza este processo licitatório visando contratar empesa especializada para a execução dos serviços objeto deste processo.

3 – FUNDAMENTO LEGAL

3.1. A aquisição de bens e serviços tem amparo legal disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, especialmente os Decretos nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e 3.555, de 08 de agosto de 2000 e suas alterações posteriores, da Lei 8.666, de 21 de julho de 1993 e suas alterações posteriores.

4 – ESPECIFICAÇÕES

4.1. O objeto deste Termo de Referência segue especificado em lote, conforme abaixo:
4.2. LOTE I – LOCAÇÃO DE EMBARCAÇÃO.

LOTE I – LOCAÇÃO DE EMBARCAÇÃO					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Serviço de locação de 04 (quatro) embarcação TIPO VOADEIRA (LANCHA), para realização de transporte de passageiros e materiais, como: cestas básicas, para a região do baixo rio branco, com as mínimas especificações: - barco de alumínio ou fibra; - capacidade para, no mínimo, 12 pessoas sentadas; - comprimento mínimo: 10 metros; - motor de popa, potência mínima 90HP; - equipada com capota para proteção contra sol e chuva; - infraestrutura e equipamentos de segurança (colete salva vidas para piloto e todos os passageiros da embarcação de acordo com as normas vigentes e em perfeito estado de conservação); Equipamentos necessários: - caixa de ferramentas; - caixa térmica, mínimo de 50 lts; - caixa de primeiros socorros; - conjunto de peças sobressalentes (correias, hélices, etc.) para reparos básicos da embarcação;	Viagem	12	R$ 5.461,67	R$ 65.540,04

Proc. 079/22
Fl. 035
Ass. YB

	- motor, remo, farol e todos os equipamentos obrigatórios para uma navegação segura. No valor proposto, deverá está incluso todas as despesas com impostos, taxas, manutenção, piloto, (incluindo alimentação do piloto). **As 04 (quatros) VOADEIRAS (LANCHAS) deverão fazer 04 (quatro) viagens por mês, durante 03 (três) meses.** Combustível e alimentação dos passageiros por conta do CONTRATANTE.				Proc. 079/22 Fl. 036 Ass.
02	Serviço de locação de embarcação para realização de transporte de passageiros e materiais para a região do baixo rio branco, com capacidade para no mínimo 40 pessoas, com fornecimento de tripulação, cozinheiro (a) para fazer as três refeições diárias (café, almoço e jantar). Equipamentos de segurança (caixa de ferramentas e de primeiros socorros; coletes salva vidas para todos os passageiros e tripulantes) e documentação em conformidade com as exigências legais e que obedeça às seguintes especificações mínimas: • Dimensões: 22 m de comprimento, 6 m de largura; • Potência do motor: 240 hp; • Casco: madeira de lei ou aço naval; • Capacidade de acomodação: mínima 38 passageiros a bordo mais a tripulação; • Capacidade de armazenamento de combustível: 5.000 litros gasolina, 1.500 litros diesel; Capacidade mínima de carga: 25 toneladas; • Acomodações: 2 camarotes com beliches, convés com ganchos de rede disponível para todos a bordo, 2 banheiros com papel higiênico, cozinha completa (fogão quatro bocas, botija de gás com gás, panelas para preparo e manipulação de alimentos, pratos, talheres, facas para corte de carnes, recipientes apropriados para servir alimentação para 40 passageiros mais a tripulação). • Freezer em quantidade e tamanho compatível com a capacidade de passageiros da embarcação; • Televisor com antena parabólica; • 01 Bebedouro com água mineral e galão reserva para reposição em todo o trajeto da viagem. • Equipamentos: rádio de comunicação, sistema de áudio e vídeo e suporte para instalação de computadores, impressoras, etc.; **O barco deverá fazer 06 viagens, sendo 02 por mês, durante 03 meses;** Combustível e alimentação dos passageiros por conta do CONTRATANTE.	Viagem	06	R$ 26.086,67	R$ 156.520,02
	VALOR GLOBAL				**R$ 222.060,06**

5 – DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. Na proposta de preços deverá constar os bens especificados de forma clara, cotados em conformidade com este Termo de Referência, com o edital e seus anexos, citando marca e modelo ou outra característica que possa identificar o serviço, a quantidade solicitada, o valor unitário e total, em moeda nacional, em algarismo, já considerando todas as despesas, tributos, fretes, transportes e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam registrados neste documento. Os materiais deverão obedecer às características técnicas correspondentes aos elementos contidos nas especificações expressas no Termo de Referência.
5.3. A empresa vencedora no processo de licitação deverá executar os serviços de boa qualidade e se responsabilizar pelo fornecimento da garantia.
Será considerada vencedora a licitante que apresentar o menor valor, por LOTE, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência e no edital do Pregão.

6 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas correntes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta das seguintes dotações Orçamentárias:

PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	RED	FONTE DE RECURSO	VALOR
04.122.0015.1.015	3390.39.00	511	ENFRENTAMENTO DAS CHEIAS FLUVIAIS NO MUNICÍPIO DE CARACARAÍ/RR – PORTARIA Nº 260/2022 E DECRETO Nº 252/2022	R$ 222.060,06
TOTAL GLOBAL				R$ 222.060,06

7 – CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento resultante da aquisição será efetuado de acordo com as normas da contratante, de acordo com os valores propostos, mediante apresentação de faturas devidamente atestadas por funcionário que não seja o Ordenador de Despesas.
7.2. Para pagamento, a contratada deverá apresentar a Secretaria Municipal solicitante, com os seguintes documentos:
a) ***Requerimento*** solicitando o pagamento da Nota Fiscal;
b) ***Nota Fiscal*** dos produtos fornecidos;
c) Prova de Regularidade com o ***FGTS*** (***CRF*** – Certidão de Regularidade de Situação, expedido pela ***Caixa Econômica Federal)*** dentro de seu período de validade;
d) Prova de Regularidade com as ***Fazendas Municipal e Estadual***, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;
e) Prova de Regularidade perante a ***Justiça do Trabalho***, mediante a apresentação de ***Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas*** (Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011), em validade.
f) Prova de regularidade para com a ***Fazenda Federal*** através de ***Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União,*** conforme **Decreto Federal nº 5.512 de 15/08/2005,** admitindo-se que seja emitida via Internet, no original, em validade;
g) ***Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial*** (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do proponente, em validade;
7.3. Havendo erro na nota fiscal/fatura, ausência de quaisquer que seja as documentações, acima descritas, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.
7.4. A contagem do prazo para pagamento iniciar-se-á após reapresentação dos documentos regularizados, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, nem deverá haver prejuízo da prestação de serviços pela CONTRATADA.

Proc. 079/22
Fl. 038
Ass.

7.4. A contagem do prazo para pagamento iniciar-se-á após reapresentação dos documentos regularizados, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, nem deverá haver prejuízo da prestação de serviços pela CONTRATADA.
7.5. O pagamento será efetuado por meio de "Transferência Bancária" a ser creditado no estabelecimento bancário, agência e conta corrente da própria empresa vencedora, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
7.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante, enquanto pendente de liquidação, que esteja em débito com a previdência social e/ou com o FTGS.
7.7. À Contratada caberá sanar as falhas apontadas, submetendo-se a nova verificação, após o que a fiscalização procederá na forma estabelecida e providenciará a regularização do apontado nos itens precedentes, quando for o caso.
7.8. A critério da Contratante poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas de responsabilidade da Contratada.
7.9. A existência de preços registrados não obriga a secretaria a adquirir, sendo que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos dos objetos efetivamente entregues.

8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar o objeto observando rigorosamente o cumprimento das responsabilidades, encargos, prazos e especificações técnicas e em conformidade com as condições do edital e seus anexos, do contrato e das demais cominações legais.
8.2. Dar início à execução do fornecimento e entrega dos materiais adquiridos conforme especificação, marca e preço, bem como no prazo estabelecido neste Termo de Referência, quando solicitado, de uma só vez, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho (Ordem de Compra) expedida pela CONTRATANTE enviada através de endereço eletrônico,
8.3. A CONTRATADA deverá entregar o Objeto Contratado nos locais determinados pela CONTRATANTE.
Substituir ou reparar o objeto contratado que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações deste termo e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vicio ou má qualidade, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua notificação.
8.4. Cientificar, por escrito, dentro do prazo de 24 horas a fiscalização da CONTRATANTE quaisquer ocorrência anormal verificada na execução dos fornecimentos, independentemente da comunicação verbal, sob pena de multa.
8.5. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem as indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
8.6. A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir o Objeto do Contrato, no todo ou em parte a terceiros, sem anuência da CONTRATANTE, sob pena de rescisão.
Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela administração.
8.7. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE.
8.8. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, pagamentos de recursos humanos, Previdência Social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e especificas de acidente de trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isentam de qualquer vinculo empregatício com os mesmos.

9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Cabem a CONTRATANTE as seguintes obrigações e responsabilidades, além das disposições legais e demais estabelecidas neste Termo de Referência;
9.2. Receber os técnicos e representantes da CONTRATADA, devidamente credenciados, para receber o

Doc. 039/22
Fl. 039
Ass.

objeto adquirido, na data e hora previamente estabelecidas pela CONTRATANTE, tomando as providências administrativas que garantam a entrega do objeto adquirido;
9.3. Comunicar a CONTRATADA, qualquer anormalidade observada na entrega dos objetos;
9.4. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregue os produtos.
9.5. A data e horário para entrega das mercadorias deverão ser agendados previamente com o Setor de Material e Patrimônio e através dos telefones: (95) 3532- 1044, ocorrendo a entrega no endereço do da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Desportos no horário de 8:00 às 17:00h e encontra-se situado à Rua Raul de Oliveira, s/nº - Santa Luzia – Caracaraí-RR.

10 – FISCALIZAÇÃO

10.1. A contratação será executada sob acompanhamento e fiscalização de servidor designado por meio de Portaria, que, entre outras atividades, se incumbirá de receber e atestar as faturas, bem como anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos objetos, determinando o que for necessário à apuração das faltas ou defeitos observados.
10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11 – MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12 – LOCAL DE ENTREGA

12.1. O objeto contratual deverá ser executada em conformidade com as especificações estabelecidas deste instrumento, conforme a execução do objeto ou de acordo com a necessidade da CONTRATANTE no prazo de 03 (meses) meses contado a partir do recebimento da nota de empenho ou instrumento hábil (ordem de compra).
12.2. A contratada deverá executar os serviços de acordo com o cronograma estipulado pelo Gabinete Civil.

13 – DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. Para a execução dos serviços serão emitidas ordens de execução de serviços, em conformidade com as propostas vencedoras e de acordo com a necessidade da Secretaria contratante.

13.2. O contrato será de 06 (seis) meses, a partir da data de sua assinatura, nos termos do art. 57, da Lei 8.666/1993.

14 – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

14.1. Aditivo ao Contrato envolvendo aumento real de preço será admitido somente em caso de comprovada majoração no preço dos serviços, relativo aos preços praticados antes e após a solicitação do reajuste, para que o equilíbrio financeiro do contrato possa ser mantido na conformidade do que estabelece o Estatuto das Licitações.

15 – DA RECISÃO DO CONTRATO

15.1. O contrato poderá ser rescindido, a critério da Secretaria contratante, decorridos 10 (dez) dias após o prazo de execução, caso a contratada não execute os serviços de acordo com prazo estipulado.

15.2. A decisão de rescindir o contrato, no caso previsto no subitem 15.1, caberá a secretaria contratante, após prévia consulta ao setor solicitante da execução, e desde que se vislumbrem possibilidades de prejuízos a esta Secretaria.

Proc. 079/22
Fl. 040
Ass. [illegible]

16 – PENALIDADES

16.1. Sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Termo de Referência, a contratada, pelo descumprimento parcial ou total dos compromissos assumidos, estará sujeita à aplicação das seguintes penalidades, após regular apuração, mediante processo administrativo, garantido amplo direito de defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis:

16.2. **Multa** compensatória de até 20% (vinte por cento), a ser calculada sobre o valor total da contratação, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação por parte da contratada, sem prejuízo das demais sanções administrativas;

16.3. **Multa** moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso não justificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste instrumento, contada desde o primeiro dia do atraso na execução de qualquer prazo previsto no Termo de Referência, a ser calculada sobre o valor total atualizado da contratação, até o limite de 20% (vinte por cento);

16.4. **Advertência**;

16.5. **Impedimento** de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, por até cinco anos;

16.6. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de dois anos.

16.7. A critério da Contratante poderão ser suspensas penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso for devidamente justificado por escrito pela contratada e aceito pelo Secretário Municipal solicitante.

16.8. O valor das multas será deduzido da importância a ser paga à contratada.

16.9. As multas poderão ser aplicadas juntamente com as penas de advertência, impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal ou declaração de inidoneidade.

16.10. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a União ou declaração de inidoneidade, a contratada será descredenciada por igual período.

17 – FORO:

17.1. Para dirimir questões oriundas do eventual ajuste firmado, será competente o foro da Comarca de Caracaraí/RR, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

Caracaraí/RR, 29 de junho de 2022.

EDIVAN CARNEIRO DE ALBUQUERQUE
Chefe de Gabinete Civil
Port.030/2022

Aprovo, em ____ de _____ de 2022.

RAFAEL DALL'ARMELINA RAMOS
Secretário Municipal de Administração
Port.033/2022